



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

MULHERES E PAPÉIS DE GÊNERO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Mariana Nery (a) - a
a

MULHERES E PAPÉIS DE GÊNERO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Palavras Chaves: Mulheres; Bolsa Família; Gênero; Política Social.

WOMEN AND GENDER ROLES IN THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM.

Key Words: Women; Bolsa Família; Genre; Social Policy

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise acerca da desigualdade de gênero presente no Programa Bolsa Família (PBF). Dessa forma, parte-se do pressuposto de que tal programa contribui com a cristalização de tradicionais papéis conservadores sobre maternidade, cuidado e proteção, pretensamente considerados “atributos femininos”.

Na construção desse estudo foi realizada, inicialmente, pesquisa bibliográfica por meio de leituras relacionadas com as categorias de análise, que permitiu uma fundamentação teórica que auxiliou na discussão da problemática abordada, bem como na elaboração dos procedimentos metodológicos aplicados à pesquisa de campo, tendo como principais referenciais: Brasil (2014), Cisne (2013), Carloto e Mariano (2010), Kergoat (2000) e Saffioti (2004).

A pesquisa de campo foi realizada no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, na cidade de Conceição do Pará, Minas Gerais, por meio de entrevista semiestruturada com 6 (seis) mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. É importante mencionar que Conceição do Para é uma cidade do interior com cerca de 5 mil habitantes, sendo a maioria das mulheres dependentes dos seus maridos, e eles trabalhadores rurais. A escolha dessas mulheres decorre do fato de que geralmente são elas o foco prioritário na administração do benefício e no cumprimento das condicionalidades.

E, por fim, apresenta-se uma análise reflexiva das falas das entrevistadas, procurando mostrar a percepção destas acerca do Programa Bolsa Família, possibilitando desvendar por meio dos discursos as representações ideológicas que sustenta e afirmam facetas de uma cultura que separa homens e mulheres.

2. ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UM BREVE APONTAMENTO

Neste item apresenta-se um breve apontamento histórico sobre a Assistência Social no Brasil, enquanto política pública, direito das cidadãs e dos cidadãos à segurança e dever do Estado.

2.2. A centralidade da família na Política de Assistência Social

Pensar a centralidade da família na Política de Assistência Social, é levar em consideração o papel que a família desempenha no contexto da seguridade social, bem como o debate que perpassa os desafios e contradições que permeiam as relações familiares, e a gestão da própria política centrada na família.

2.3. Gênero e o Programa Bolsa Família

Neste subitem, realiza-se uma análise da categoria de gênero, compreendida enquanto sistema de manutenção da desigualdade de gênero socialmente construído com base nas diferenças de sexo, seguida das reflexões teóricas sobre contradições e lacunas presentes no Programa Bolsa Família, que contribui com a perpetuação de uma estrutura de poder e dominação sobre as mulheres.

2.4 Emancipação ou culpabilização? Mulheres no Programa Bolsa Família

A mulher é o foco prioritário na administração do benefício e cumprimento das condicionalidades, recaindo sobre elas, quase toda a responsabilidade para que a família continue dentro dos critérios estipulado pelo Programa. Cabe as mulheres além do recebimento e administração da renda proveniente do Bolsa Família, cumprir todos os critérios exigido pelo programa. De acordo com Carloto e Mariano (2009, p.902):

O Estado cobra das mulheres pobres a execução de tarefas relacionadas ao cuidado de crianças, adolescentes, idosos, doentes e pessoas com deficiência. Igualmente, convoca as mulheres para a participação em atividades extras, como, por exemplo, grupos de geração de trabalho e renda (com duvidosa potencialidade para a melhoria do bem-estar) e grupos de ações educativas, sendo estas, via de regra, relacionadas às tarefas reprodutivas. Ao fazê-lo, o Estado está gerando, para as mulheres pobres, responsabilidades ou sobrecarga de obrigações relacionadas à e produção social.

Desse modo, conceber a autonomia, empoderamento e cidadania das mulheres no foco da administração do cartão Programa Bolsa Família é uma visão simplista e imediatista

da realidade, posto que não altera as relações desiguais de gênero, ao contrário, acaba por fortalecer a assimetria entre homens e mulheres.

3. VOZES DAS MULHERES DO BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA SOBRE A PERCEPÇÃO DAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Neste item será apresentado a análise dos dados qualitativos obtidos a partir da pesquisa de campo, realizada no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, na cidade de Conceição do Pará - MG, por meio de entrevista semiestruturada com 6 (seis) mulheres beneficiárias e titulares do Programa Bolsa Família.

CONCLUSÃO

Diante das falas, os resultados indicam que, embora o Programa Bolsa Família tenha proporcionado uma certa mudança na melhoria de vida das mulheres, dando-lhes possibilidade de usufruir, ainda que minimamente, de bens de consumo (quase sempre vinculado às necessidades dos filhos), não significou realmente mudança no *status* social ou uma maior autonomia. A condição de beneficiária, sobrecarrega as mulheres de responsabilidades, e impõe uma forte culpabilização quando não conseguem cumprir as condicionalidades, além de terem que conviver cotidianamente com um conjunto de estigmas, por serem mães

O fato de que as unidades familiares analisadas localizam-se na zona rural estimula as seguintes reflexões: se por um lado, a partir do acesso ao Programa Bolsa Família é possível pensar o espaço rural não só como espaço de produção de bens (produção agrícola) e serviços (preservação da paisagem e turismo), mas como um espaço de consumo, onde se evidencia cada vez mais as relações com o urbano e com a sociedade como um todo; por outro lado, as ações empreendidas pelo Programa (transferência de renda e cumprimento das condicionalidades) devem ser acompanhadas por outras ações complementares que, no caso do ambiente rural devem incluir o incentivo à produção e comercialização, acesso a créditos, oportunidades de trabalho e capacitações voltadas especificamente para o meio rural (que são possíveis através de ações combinadas com outras políticas).

O espaço rural abriga um percentual da pobreza e atinge pessoas e famílias que estiveram excluídas historicamente de políticas de desenvolvimento rural e distantes dos serviços básicos para qualquer cidadão. Soma-se a isso a visão vigente do rural como local de isolamento, atraso e precariedade, que o colocou como espaço não prioritário para políticas e ações de desenvolvimento e o resumiu a um espaço periférico ao urbano, onde

não perspectiva de vida digna e efetivo desenvolvimento. Pouco a pouco começam a surgir novas abordagens do rural, onde é possível a complementaridade com o espaço rural com o urbano e também é possível aproveitar suas especificidades sociais e ecológicas em serviços da sua população e da sociedade. Algumas tentativas e programas já foram implementados com essa finalidade, com objetivo de priorizar as populações que fazem do rural um espaço de vida e trabalho, dentro das possibilidades do Estado, cita-se o exemplo de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o PRONAF, cujo público são agricultores familiares.

Desta forma, a ausência de políticas fez com que o PBF fosse uma importante estratégia para o alívio da pobreza rural, e se constitui quase como uma reparação histórica. Mas é essencial considerar a importância da sua complementaridade com outros programas focados no desenvolvimento rural porque, se por um lado a pobreza rural pode revelar condições de vida talvez melhores de vida do que as da pobreza urbana em alguns aspectos (como a possibilidade de produção de parte do sustento familiar), por outro lado, a distância dos serviços públicos e limitações para efetiva participação em ações complementares (como as educação e capacitação, por exemplo) torna difícil o rompimento desta condição

Porém, Compreende-se que o Programa Bolsa Família não foi criado para garantir a autonomia das mulheres, e tão pouco para lidar com as diversas questões que permeiam as relações de gênero, principalmente nas relações entre homens e mulheres. A pesquisa evidencia que as mulheres naturalizam as relações desiguais entre os sexos, por concebê-las como naturais.

Desse modo, entende-se que essas demandas atribuídas as mulheres no Programa Bolsa Família reforçam papéis cristalizados, imputados a uma suposta essência feminina, e reconhecimento da mulher dentro da lógica da maternidade, incorporada à “mulher, como mãe”, com frequência, responsabilidade e enquadramento moral.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa Família: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social. Brasil, 2014.

CISNE, Mirla. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil.** Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

_____. **A “feminização” da assistência social:** apontamentos históricos para uma análise de gênero. III Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

CARLOTO, Cássia; MARIANO, Silvana. **As mulheres nos programas de transferência de renda:** manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero. In: 13º Congresso da Rede Mundial de Renda Básica. São Paulo: [S.n.], 2010.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** Ed. PressesUniversitaires de France. Paris, novembro de 2000. Recuperado de http://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho_0.pdf. Acesso em 30 de abril. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo, Perseu Abramo, 2004.